

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO	9
NOTA PRÉVIA	11
JUSTIFICAÇÃO	13
O AUTOR	15
SUMÁRIO	17

MANUAL DAS CONTRAORDENAÇÕES E O REGIME DE TRABALHO DOMÉSTICO

1. Preâmbulo	21
2. Introdução	23
3. Legislação aplicável	23

PARTE I TRABALHO DOMÉSTICO. REGIME JURÍDICO

4. Agenda de trabalho digno	27
5. A Convenção nº 189 e a Recomendação nº 201	32
6. Objeto	34
7. Forma	39
8. Contrato a termo	41
9. Renovação	44
10. Conversão	44
11. Modalidades	44
12. Período experimental	45

13. Retribuição	46
14. Duração do trabalho	47
15. Intervalos para refeições e descanso	49
16. Descanso semanal	52
17. Retribuição durante as férias	53
18. Feriados	58
19. Subsídio de Natal	58
20. Direito a férias	60
21. Segurança e saúde no trabalho	62
22. Cessação do contrato	63
23. Cessação do contrato por caducidade	65
24. Cessação por justa causa	66
25. Cessação com aviso prévio	70
26. Contraordenações	70
27. Aplicação subsidiária	71
28. Obrigações junto da Autoridade Tributária	71
29. Obrigações junto da Segurança Social	75
30. Proteção social	87
31. Modalidades de Pagamento	91
32. Outras obrigações	96
33. Enquadramento	99

PARTE II

REGIME SANCIONATÓRIO E CUSTAS

34. O processo de contraordenação laboral e as novas regras	103
35. Auto de notícia e participação contraordenacional	103
36. Auto de notícia e auto de advertência	110
37. Aditamento ao auto de notícia	117
38. Participação contraordenacional	118
39. Regras gerais. Instrução	119
40. Contagem dos prazos	126
41. Notificações	127
42. Recusa de notificação	130
43. Devolução da notificação pelos CTT	131
44. Na pendência do processo	132
45. Notificação de entidade estrangeira	133
46. Modalidades de pagamento	134
47. Processo especial	134

48. Procedimento comum e notificação	136
49. Suspensão	140
50. Arquivamento	143
51. Natureza do processo	143
52. Competência	144
53. Sujeitos	145
54. Vários sujeitos	148
55. Comparticipação	148
56. Responsabilidade solidária pelo cometimento da infração	149
57. Constituição de assistente	150
58. Cumprimento da obrigação devida	151
59. Cumprimento e pagamento	152
60. Pagamento voluntário	152
61. Efeitos do pagamento	155
62. Cumprimento sem pagamento ou incumprimento da obrigação devida	157
63. Apresentação de resposta escrita	157
64. Pedido de pagamento em prestações	161
65. Prova	163
66. Prova testemunhal	164
67. Deveres das testemunhas	166
68. Regras de inquirição de testemunhas	166
69. Adiamento da inquirição	168
70. Ausência de pagamento e de defesa	170
71. Pluralidade de infrações	172
72. Proposta de decisão	175
73. Valoração das provas obtidas	178
74. Apuramento de quantias em dívida aos trabalhadores	179
75. Determinação da medida da coima	180
76. Erro sobre a ilicitude, quando o erro é censurável	185
77. Cúmulo material	189
78. Admoestação	189
79. Sanção acessória da publicidade	191
80. Dispensa	210
81. Aplicação	212
82. Publicitação	212
83. Decisão	213
84. Dolo e Negligência	237
85. Notificação do mandatário	240
86. Pagamento da coima e custas	240
87. Impugnação judicial	245

88. Efeitos da impugnação judicial	248
89. Efeito devolutivo	249
90. Alegações da ACT	250
91. Execução	250
92. Prescrição	252
93. Prescrição do procedimento	253
94. Prescrição da coima	255
95. Prescrição das sanções acessórias	256
96. Segredo de justiça e consulta do processo	256
97. Reincidência	256
98. Valor da Unidade de Conta (UC)	258
99. Volume de negócios	258
100. Molduras das coimas	259
101. Diferimento e suspensão de prazos	260
102. Tribunal de trabalho competente	261

PARTE III
LEGISLAÇÃO

103. Regime jurídico das relações de trabalho emergentes do contrato de serviço doméstico	265
104. Regime processual aplicável às contraordenações laborais e de segurança social	276
105. Código do Trabalho (extrato). Última alteração: Lei nº 13/2023, de 3 de abril	298
106. Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social (extrato). Última alteração: Lei nº 13/2023, de 3 de abril	306
107. Resolução da Assembleia da República nº 42/2015 de 27 de abril	310
108. Recomendação relativa aos trabalhadores domésticos, nº 201 de 2011	321
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	333